



REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Encerramento de 50% das repartições de finanças

Destinatário: Ministério das Finanças

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

As notícias sobre encerramentos de repartições de finanças por todo o país. Primeiro foi o Sindicato dos Trabalhadores de Impostos, que anunciou o encerramento de 50% das repartições, com base na interpretação de uma circular interna à Autoridade Tributária. Agora, a informação aparece novamente referida por Marques Mendes, comentador político que, muitas vezes, parece ser o porta-voz sombra do governo.

O Bloco de Esquerda tem acompanhado com preocupação esta intenção do Governo. Por isso mesmo, realizou já várias perguntas ao governo sobre esta matéria sem que tenha existido qualquer resposta. O silêncio assume-se cada vez mais comprometedor para o Governo, até porque pareceu existir uma gestão da informação de forma a não prejudicar os partidos da maioria nas eleições autárquicas.

O encerramento de repartições de finanças é mais uma escolha do Governo que será um ataque aos cidadãos e aos serviços de proximidade ao dispor das populações. Como é antecipável, obrigará os cidadãos a maiores deslocações e resultará na saturação das repartições remanescentes. Tendo impactos em todo o país, esta decisão terá consequências redobradas nos concelhos do interior, com menor mobilidade, e naqueles cujas populações sejam mais idosas, dado que são quem principalmente recorre presencialmente às repartições. Por outro lado, será negativo até para o comércio que circunda as repartições que beneficia da afluência dos cidadãos a estes serviços.

Sendo certo que ao longo dos últimos anos a desmaterialização de processos levou a uma alteração da relação dos cidadãos com os serviços de finanças, não é menos verdade que as repartições continuam a ser um espaço preferencial para a relação entre os cidadãos e a Autoridade Tributária. Aliás, como foi possível verificar recentemente, a redução do número de funcionários nas repartições resultou até na saturação dos serviços. Se assim é antes do Governo proceder a estes encerramentos, o que se seguirá será muito pior.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos compilou a previsão de encerramentos por todo o país. Assim, a informação existente dá conta da possível intenção de fecho, em cada distrito/região, das repartições seguintes:

- Açores (Angra do Heroísmo): Calheta, Stª Cruz Graciosa e Velas;

- Açores (Horta): Corvo, Lajes do Pico, Lajes das Flores, S. Roque do Pico, Santa Cruz das Flores;



- Açores (Ponta Delgada): Lagoa, Nordeste, Povoação, Vila do Porto, Vila Franca do Campo;
- Aveiro: Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Mealhada, Murtosa, Sever do Vouga, Santa Maria da Feira 3, Santa Maria da Feira 4;
- Beja: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa, Vidigueira;
- Braga: Cabeceira / Celorico de Basto, Terras do Bouro, Vieira do Minho, Vizela;
- Bragança: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirando do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vimioso, Vinhais;
- Castelo Branco: Belmonte, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Vila de Rei, Vila Velha do Ródão;
- Coimbra: Arganil, Condeixa-a-Nova, Góis, Mira, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela;
- Évora: Alandroal, Arraiolos, Borba, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa, Vendas Novas, Viana do Alentejo;
- Faro: Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, São Brás de Alportel, Vila do Bispo;
- Guarda: Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Manteigas, Meda, Pinhel, Trancoso, Vila Nova de Foz Côa;
- Leiria: Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande;
- Lisboa: Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Sobral de Monte Agraço;
- Portalegre: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Sousel;
- Porto: Baião, Matosinhos 1 e 2 (fusão), Valongo 1 e 2 (fusão);
- Santarém: Alpiarça, Chamusca, Constância, Coruche, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Rio Maior, Sardoal;
- Setúbal: Alcochete, Almada 1 (fusão), Grândola, Sines;
- Viana do Castelo: Caminha, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Valença;
- Vila Real: Alijó, Boticas, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Vila Pouca de Aguiar;
- Viseu: Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Cinfães, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sátão, Sernancelhe, Santa Comba Dão, Tabuaço, Tarouca, Vila Nova de Paiva.

Como se compreende, se o Governo levar por diante este plano, terá impactos enormes junto das populações. O Bloco de Esquerda rejeita este caminho e requer do Governo as explicações



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

necessárias e o fim do silêncio a que tem estado remetido.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Finanças, as seguintes perguntas:

1. Confirma o Ministério das Finanças que o encerramento de repartições de finanças está a ser preparado?
2. A lista acima apresentada de encerramentos de repartições tem fundamento nas escolhas do Governo?
3. Em que critérios o Governo sustenta a sua decisão e escolha de encerramento de repartições de finanças?

Palácio de São Bento, 7 de outubro de 2013.

**O deputado
Pedro Filipe Soares**